

A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos

brasileiros a partir da obra *Le Brésil Méridional*

Mônica Sampaio Machado*

RESUMO

O trabalho ora proposto tem por objetivo central resgatar uma das obras iniciais de Carlos Delgado de Carvalho, geógrafo de significativa participação não apenas na história política e educacional brasileira, mas também na construção de uma geografia nacional. Trata-se do *Le Brésil Méridional: Étude Économique Sur Les États Du Sud - São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*, editado apenas em francês no ano de 1910.

Na primeira parte deste trabalho será apresentado um perfil da escola clássica de geografia francesa, focalizando suas principais questões epistemológicas e situando Delgado de Carvalho neste contexto. Na

segunda será delineado, com o intuito apenas de situar a obra à época, um breve quadro do contexto pré-institucional da geografia brasileira. A terceira parte será dedicada exclusivamente ao livro. Aqui, serão apresentadas a estrutura organizacional e metodológica, assim como os temas abordados mais importantes. Procuraremos também, neste momento, apontar as influências metodológicas provindas da geografia clássica francesa presentes no *Le Brésil Méridional*.

PALAVRAS-CHAVE:

Delgado de Carvalho, Geografia Brasileira, Epistemologia da Geografia.

1 - A GEOGRAFIA CLÁSSICA FRANCESA: A ESCOLA DE DELGADO DE CARVALHO

Carlos Delgado de Carvalho chega ao Brasil, em 1906, para desenvolver sua tese de doutorado exigida pela escola de Ciências Políticas de Paris. Com uma formação geográfica francesa, irá colocar em prática todo o modelo de cientificidade daquela escola que, à época, representava o paradigma ci-

entífico do mundo ocidental para os estudos geográficos.

A geografia francesa, assim como a alemã, significou uma importante matriz do pensamento geográfico europeu¹. Institucionalizando-se cerca de dez anos mais tarde, a geografia francesa vai apresentar uma reação a toda concepção positivista e evolucionista da ciência², que muito influenciou e sustentou, não apenas a escola geográfica alemã, mas também o debate científico de final do século XIX e início do século XX.

Essa reação se fundamentava no desenvolvimento da corrente historicista³ que, dando lugar a dois sistemas de ciências diferenciadas - naturais e humanas - igualmente válidas e distintas uma da outra pela especificidade de seu objeto e dos métodos ou instrumentos utilizados, não mais aceitava o reducionismo naturalista (inerentes ao positivismo e ao evolucionismo) e a simples transferência dos métodos e conceitos das ciências naturais para as ciências sociais (Capel, 1981, p. 314).

A partir da corrente historicista, a realidade humana vai ter como característica explicativa essencial sua historicidade. O que pressupõe substituir a consideração generalizada e abstrata das forças humanas, estabelecidas a partir do modelo de investigação das ciências da natureza, pelas considerações singulares esclarecedoras da realidade social. Desenvolvem-se, assim, estudos mais concretos sobre casos particulares. O entendimento da realidade social começa a ser feito através de um conhecimento compreensivo que descreve as individualidades históricas e considera as intencionalidades do ser individual e social.

Todo esse movimento vai coincidir com o nascimento da escola nacional de geografia francesa e de sua mais importante vertente de investigação - a síntese regional. A França passa a ocupar uma posição de destaque, não apenas sediando a polêmica historicista, mas também deslocando da Alemanha para seu país o eixo do debate geográfico europeu. É neste contexto e nesta escola que se fundamenta a formação de Delgado de Carvalho.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO HISTORICISMO E DA GEOGRAFIA FRANCESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

Embora o historicismo tenha sido uma reação às vertentes científicas positivistas e evolucionistas, que desde meados do século XIX domi-

navam as polêmicas intelectuais, ele não vai ser o único modelo de investigação, nem mesmo vai colocar-se em total oposição ao antigo padrão de cientificidade. Não obstante tenha apresentado diferenças epistemológicas significativas, o historicismo estará convivendo e interagindo com as proposições naturalistas ainda nas décadas iniciais do século XX. Tal interação pode ser sentida através da ampla utilização da abordagem organicista como modelo de explicação da realidade social.

As interferências positivistas e evolucionistas se fazem também presentes nas escolas de geografia, principalmente naquela recém-institucionalizada ou em vias de institucionalização, como é o caso da escola nacional de geografia francesa⁴. De acordo com Capel (1981, p. 293), a vertente naturalista vai ser incorporada à geografia francesa através dos primeiros geógrafos do país: Elisée Reclus e Vidal de La Blache⁵. Ambos apresentaram, nas décadas de 1870/80, idéias que aproximavam a realidade humana a um complexo orgânico e que revelavam a influência do meio físico sobre os homens e sobre a organização social⁶.

A geografia surge na França, nesse sentido, a partir da reação historicista e também da assimilação da abordagem naturalista oriunda do positivismo e do evolucionismo. Assim, Vidal de La Blache (1843/1918), um dos maiores representantes da escola de geografia francesa, apresenta em sua formação um itinerário que se estende do positivismo e evolucionismo à filosofia espiritualista. Segundo Capel (1981, p. 328), é nesta filosofia que repousa o elemento que diferencia a escola francesa da escola alemã. A filosofia espiritualista proporciona a crítica antipositivista e o enfrentamento ao reducionismo naturalista, estabelecendo a intencionalidade, a liberdade, a história, enfim, a especificidade humana como elementos estruturadores das investigações, construindo, dessa maneira, as bases da escola historicista de geografia⁷.

A LEGITIMIDADE CIENTÍFICA E POLÍTICA DA GEOGRAFIA FRANCESA: A SÍNTESE REGIONAL

Não obstante a escola francesa ter sido a grande representante da corrente historicista, a concepção geográfica lablachiana vai buscar uma certa unidade entre a natureza e a história. O estabelecimento desta unidade era extremamente importante em virtude dos questionamentos emergentes, tanto das ciências naturais quanto das ciências sociais, ao redor da autonomia científica da geografia. A separação entre natureza e história apresentava para a geografia francesa, recém-institucionalizada, o perigo de não conseguir manter-se enquanto um ramo científico autônomo e não legitimar-se enquanto ciência.

Mesmo portando algumas contradições, que podem ser facilmente interpretadas face à interação naturalista anteriormente mencionada, a saída encontrada por La Blache foi construir uma definição unitária de geografia através da síntese regional. Esta definição, além de fornecer a legitimidade de que tanto necessitava a ciência geográfica francesa, e ao mesmo tempo diferenciá-la da escola alemã, parecia não comprometer por inteiro os preceitos da corrente historicista.

A unidade entre ciência natural e ciência humana passava a ser encontrada na investigação exaustiva dos aspectos físicos e humanos de uma determinada área geográfica⁸. A geografia tornava-se, então, uma ciência do estudo dos lugares. Era o nascimento da escola de geografia regional que, segundo Peña e Sangin (1984, p. 8), durante um bom período se colocou como a primeira do mundo, tanto pela qualidade da investigação quanto pelos seus investigadores⁹.

Observando as prescrições lablachianas, os geógrafos franceses tratavam de esgotar a cobertura de seu país com descrições enciclopédicas, colocando em evidência elementos estatísticos que davam personalidade e especificidade à região. As regiões forneceriam uma apresentação explicativa e integrada das paisagens e dos gêneros de vida para identificação da individualidade

das áreas. Para tanto, a geografia regional clássica, partindo das regiões naturais, levantava e analisava os elementos físicos e as diferentes formas de ocupação e atividades humanas de uma determinada área geográfica. Em seguida, estabelecia uma interação entre estes elementos, dando ênfase, não mais à influência do meio sobre o homem, como a escola alemã, mas à possibilidade da ação do homem em transformar a natureza.

Os estudos regionais apresentavam soluções, não apenas epistemológicas, próprias ao campo disciplinar que garantiam a institucionalização da geografia na França, mas também respondiam às demandas externas à ciência, isto é, às questões particulares do contexto político francês do final do século XIX.

A França vivia um momento político e econômico que apontava a necessidade de construção de uma renovada consciência nacional. A geografia contribuía para a constituição dessa consciência, ensinando as bases territoriais da identidade entre solo e povo e caracterizando a unidade nacional em sua diversidade regional. O amor à prática passou a ser objeto de construção educativa e de fundamentação teórica dentro do território francês. Adicionava-se às questões inerentes à ciência, a necessidade social de se produzir um discurso sobre o território e sobre a identidade nacional. Portanto, a formação de um campo disciplinar que se denominou geografia, na França, foi produto das demandas das vertentes científica e política. A Geografia surge como campo disciplinar, mas com propósito relativamente implícito de ser um discurso que formaria um determinado tipo de idéia de país e de uma específica consciência territorial (Escolar, 1990, p. 2-4)¹⁰.

Como geógrafo diplomado dentro dos paradigmas científicos dominantes da escola clássica de geografia francesa, que, como visto, até o final do século XIX e início do XX se sustentava em toda proposta lablachiana, Delgado de Car-

valho vai ser fortemente influenciado pelas orientações estabelecidas dentro dos pressupostos das investigações regionais descritos anteriormente.

Em poucas palavras, isto significa dizer que Delgado de Carvalho sofrerá grande influência, não apenas de um historicismo naturalizante, mediado por uma visão positivista e pela metáfora organicista, como também de um historicismo que buscava o entendimento da realidade social a partir da identificação da individualidade das áreas, o que pressupunha uma visão histórica interativa dos diferentes fenômenos físicos e humanos presentes em uma dada porção da superfície terrestre – aspectos que podem ser facilmente encontrados na obra *Le Brésil Méridional*.

II - DELGADO DE CARVALHO E O CONTEXTO PRÉ-INSTITUCIONAL DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Ao chegar ao Brasil, no início do século XX, Delgado de Carvalho vai encontrar um país conturbado política, econômica e territorialmente. Um país que necessitava muito de estudos empíricos e de uma geografia epistemologicamente capaz de fornecer contribuições que transcendessem o puro caráter etnográfico dos estudos que dominavam a geografia brasileira, até então uma ciência não autônoma, um apêndice de outros campos do saber.

Para melhor situar Delgado de Carvalho e sua obra, o *Le Brésil Méridional*, no quadro nacional, traçaremos um breve contexto político e científico brasileiro do início do século XX.

Não obstante a proposta de criar uma consciência nacional e formar a unidade pátria representasse um antigo desafio, será após a República que esta idéia se destacará como o aspecto mais importante e vital da história brasileira, se sobrepondo inclusive à questão da ocupação efetiva do território. De acordo com Rodrigues (1972, p. 391-394), apesar de todas as transformações que se processavam no

Brasil, em finais do século XIX o país ainda não era considerado um todo orgânico, mas um conjunto de regiões ou seções econômicas que viviam da sua própria vida, como arquipélagos. Tais seções eram representadas pelas oligarquias agrárias que possuíam e defendiam interesses políticos e territoriais diferentes, provocando o centrifugismo do poder e dificultando toda a proposta de constituição de um país nação e de modernização política e econômica que o momento demandava¹¹.

No quadro científico, predominavam discussões impulsionadas pela matriz evolucionista, principalmente o pensamento spenceriano, com ampla e fácil penetração na sociedade brasileira e, em menor escala, pela matriz positivista ortodoxa de Auguste Comte. Tanto o evolucionismo de Spencer como o positivismo de Comte vão reforçar a vertente naturalista que irá permear os debates do restrito meio acadêmico até a década de 1930¹².

É importante ressaltar que, até meados dos anos 30, o ensino superior no Brasil contava apenas com as Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. As ciências sociais se desenvolviam na Faculdade de Direito e a antropologia pertencia à Medicina. Todo debate acadêmico limitava-se a esses campos do conhecimento¹³. A geografia, segundo Moraes (1991, p. 114), aparecia como a atividade da escola normal, como ocupação de engenheiros (topógrafos), não contando com nenhuma discussão epistemológica. Imperavam nos estudos geográficos as teses ratzelianas e as idéias da escola alemã, que se apresentavam bem de acordo com os interesses das oligarquias agrárias. Este cenário irá prevalecer até a década de 1930, quando a geografia brasileira se institucionaliza, seguindo todo um padrão francês de ciência, respaldado na matriz historicista¹⁴.

Assim, as concepções da escola de geografia francesa e as teses lablachianas só entram oficialmente no Brasil nos anos de 1930, com a institucionalização universitária da geografia e com

as propostas modernizadoras que começavam a ser implementadas pelo Estado Novo. A partir de 30, a produção acadêmica em geografia passa a ser guiada pelos modelos franceses de estudos regionais e pelas monografias regionais clássicas, que representavam um veículo de legitimação ideológica das propostas de integração nacional e de modernização institucional e econômica colocadas em prática pela então elite política brasileira do Estado Novo.

Dessa forma, até a década de 1930, as questões particulares do contexto nacional não propiciavam a implantação e o desenvolvimento dos pressupostos científicos da geografia francesa. Inúmeros obstáculos se colocavam à frente e deveriam ser enfrentados: obstáculos científicos, como o domínio do evolucionismo, do positivismo, das teses ratzelianas e a não oficialização da geografia nacional; obstáculos políticos, como a posição da conservadora oligarquia agrária à modernização nacional; e obstáculos materiais, vinculados à quase inexistente infra-estrutura que dificultava toda a comunicação interna de um país com grande extensão territorial como o Brasil.

Malgrado tais dificuldades, Delgado de Carvalho vai introduzir, logo na primeira década do século XX, uma metodologia nova de investigação, condizente com os padrões da escola regional clássica francesa, e apresentar uma abordagem geográfica muito rica e minuciosa que transcende um simples estudo descritivo. O *Le Brésil Méridional* é uma clara expressão desta vertente de trabalho.

Esta obra, apesar de introdutória, apresentava um grau de elaboração ainda não visto nos estudos que eram desenvolvidos sobre o território brasileiro. De uma clássica abordagem baseada na divisão e descrição de Estados, o Brasil começava a ser estudado através de uma visão totalizadora que permitia agrupar em uma mesma região um conjunto de Estados. O *Le Brésil Méridional* levanta, reúne e interage com os diferentes elementos naturais e humanos da por-

ção subtropical do Brasil, propondo uma nova divisão territorial que, a partir das regiões naturais, se sobrepunha aos limites político-administrativos dos Estados e aos interesses regionalistas de suas oligarquias agrárias.

O *Le Brésil Méridional* representa um marco nos estudos geográficos brasileiros do início deste século; uma clássica monografia regional, modalidade de trabalho que apenas iria tornar-se corrente e dominante na produção da geografia brasileira a partir de 1930, com a institucionalização desta ciência. Delgado de Carvalho foi, portanto, um dos precursores da utilização do modelo científico francês no Brasil, desenvolvendo o livro supracitado antes mesmo de a escola clássica de geografia francesa se tornar o grande paradigma científico da geografia nacional.

III - LE BRÉSIL MÉRIDIONAL: ÉTUDE ÉCONOMIQUE SUR LES ÉTATS DU SUD - UMA LEITURA

Tendo como fio condutor as considerações expostas anteriormente, buscaremos agora adentrar no *Le Brésil Méridional* e identificar as bases da escola clássica de geografia francesa, ressaltando algumas questões próprias ao campo científico desta vertente de trabalho. A partir de uma breve descrição, exploraremos inicialmente os aspectos organizacionais, e, em segundo lugar, nos deteremos na análise mais pormenorizada do primeiro capítulo, em função da importância vital (pelo seu caráter metodológico) que este representa no âmbito do livro.

Le Brésil Méridional é uma extensa obra (519 páginas) sobre a porção meridional do país definida por Delgado de Carvalho pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com base nas regiões naturais. Nela são fornecidos e estudados, em detalhe, os diferentes elementos naturais e humanos, e enfocados os aspectos econômicos. A partir das principais atividades, na época vinculadas aos produtos agrícolas e à pecuária, foram delimitadas regiões econômicas territoriais específicas. Estas cor-

respondiam, aproximadamente, aos limites físicos dos Estados que também gravitavam econômica e financeiramente ao redor do setor agropecuário.

Delgado de Carvalho organiza o livro em quatro grandes capítulos, a saber: "Le Brésil Méridional", uma introdução e apresentação minuciosa de toda a área, abrangendo suas regiões naturais, a navegação e os portos, e as vias férreas; "Le Pays du Café", um estudo sobre a zona cafeeira paulista, englobando a imigração e colonização, as condições de agricultura, o café: sua cultura, indústria e comércio, e todo o restante do setor industrial e comercial do Estado de São Paulo; "Le Pays du Mate" investiga a zona do mate do Estado do Paraná e Santa Catarina, enfocando a colonização, o desenvolvimento econômico, o mate: sua indústria e comércio, e a indústria madeireira; e "Le Pays de L' Elevage", focalizando a pecuária, estuda a área das pastagens do Rio Grande do Sul. Aqui são tratadas a colonização, as questões agrícolas, a pecuária e suas indústrias, todo o restante do setor industrial e o comércio exterior rio-grandense¹⁵.

Como pode ser observado, Delgado de Carvalho estabelece divisões e subdivisões bastante semelhantes, principalmente no que tange às três regiões econômicas, isto é, aos últimos três capítulos. Se fosse aqui demonstrado todo o detalhamento de seus itens e subitens esta semelhança se colocaria mais evidente¹⁶. Adiciona-se a este modelo de exposição uma narrativa histórica factual extremamente pormenorizada passando toda a obra. Tais procedimentos sustentam o método de pesquisa empregado pelo autor e podem ser facilmente identificados aos empregados nos clássicos estudos regionais franceses do início deste século.

No capítulo primeiro, o autor aponta duas preocupações principais que evidenciam, claramente, as bases epistemológicas de toda sua obra. Por um lado, procura justificar, definir e delimitar a área de estudo através da caracterização e demarcação de suas diferentes regiões naturais, e, por outro, apresenta as condições gerais de

estrutura viária, que permitiam estabelecer toda a integração regional, enfocando seu sistema portuário, ferroviário e hidroviário.

Primeiramente justifica seu interesse em investigar a porção sul do Brasil. Não obstante reconhecer o país como excessivamente complexo em virtude de sua grande e pouco explorada extensão territorial, das suas diversidades climáticas e econômicas, e da limitada ou nenhuma integração entre os centros econômicos, Delgado de Carvalho consegue enxergar o Brasil não apenas como um local de significativas potencialidades, mas, sobretudo, como um conjunto harmonioso.

Esta idéia de harmonia do todo remete ao sentido de equilíbrio, uma evidente analogia organicista muito utilizada pela escola de geografia regional francesa e que permitia defender a necessidade de uma maior integração entre as diferentes porções do território nacional. Do conjunto harmonioso brasileiro, o autor explica a escolha pela investigação da parcela localizada mais ao sul do país em função desta representar grande importância para a Europa, que enviava anualmente milhares de migrantes. Aqui está outro aspecto da obra deste geógrafo que cabe explorar.

É curioso notar que sua justificativa para a eleição da porção meridional do Brasil como área de estudo não faz nenhuma referência ao contexto político e econômico da época. Cabe lembrar que, no início do século XX, não apenas a região sul brasileira era a mais próspera economicamente, área de notável atenção internacional pela expressão de sua cafeicultura, como também, politicamente, se destacava pelo poderio da oligarquia cafeeira paulista que defendia o projeto ultrafederalista demasiadamente perigoso para o espírito nacionalista.

Após justificar o interesse pelo Brasil Meridional, Delgado de Carvalho inicia a defesa dos critérios que permitiam agrupar em uma mesma delimitação territorial os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A explicação fundamental de tal recorte repousava nos aspectos fisiográficos da região, principalmente na hidrografia e no relevo. Dessa forma, o autor estabelece através desses elementos uma grande região natural que se sobrepunha aos limites políticos dos Estados¹⁷. Ele parte da região natural estabelecida anteriormente por Elisée Reclus que, apoiando-se na área de abrangência da bacia hidrográfica do Paraná, definia a região dos Estados paranaenses, englobando o Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Mesmo não fazendo parte dessa bacia hidrográfica, Delgado de Carvalho agrega à região o Estado do Rio Grande do Sul, tecendo como justificativa a geomorfologia local. Portanto, o Brasil Meridional passa a ser definido e delimitado pelo fragmento do planalto que se alonga de nordeste a sudeste, entre a costa atlântica e o curso do Rio Paraná.

Esta definição tinha, mais uma vez, o mérito de encobrir as disputas político-territoriais que estavam em pleno vigor no início deste século. Vale recordar que o Rio Grande do Sul, além de sediar fortes movimentos separatistas na primeira metade do século XIX, era um dos maiores representantes das propostas políticas ultrafederalistas que advogavam o centrifugismo do poder e ameaçavam todo o processo de constituição nacional. Delgado de Carvalho fazia uso, então, do conceito de região natural, pois este permitia excluir a relação dos problemas regionais com o processo econômico-social do país e colocar em prática, sob um véu de cientificidade, objetivos estritamente políticos.

Com a delimitação, defendida cientificamente, do Brasil Meridional em uma grande região natural, Delgado de Carvalho passa a fornecer dados pertinentes à área: as coordenadas geográficas, a extensão territorial e as características climáticas e populacionais. A partir deste levantamento, estabelece um novo recorte espacial, subdividindo a região em quatro zonas naturais: litorânea, serrana, dos altos planaltos e da planície rio-grandense. Nessas, são integrados dados

particulares relativos à população e à atividade econômica.

Uma outra preocupação de Delgado de Carvalho que carece ser mencionada, pois vem estabelecer a articulação da região, é o estudo da estrutura viária. Aqui, o autor, além de expressar uma inquietação com a questão da integração territorial nacional, apresenta uma abordagem econômica e político-estratégica. Inúmeros dados estatísticos e relatos históricos são fornecidos e sistematizados sobre as potencialidades econômicas, comerciais e estratégicas do sistema hidroviário, portuário e ferroviário de toda a região.

Na investigação do sistema hidroviário são fornecidos detalhes sobre as possibilidades de navegação nos diferentes rios; as características gerais, como extensão e largura; as principais quedas d'água com a respectiva altura; a vazão e regime das águas; e as potencialidades econômicas das bacias hidrográficas¹⁸. No sistema portuário é apresentado um comentário histórico e um relato dos principais portos, desde ano de construção. É também ressaltado o movimento e a importância comercial de cada um.

No estudo do sistema ferroviário é reconhecido primeiramente o papel preponderante das estradas de ferro e de suas malhas no crescimento econômico e na integração do Brasil Meridional e do país como um todo. Uma vez que os aspectos fisiográficos da região constituíam-se em obstáculos naturais que impediam seu pleno aproveitamento e desenvolvimento, a expansão das redes ferroviárias representava, assim, investimento imprescindível para viabilizar a vida econômica e a integração do Brasil Meridional¹⁹. Em seguida, é relatada a história das redes ferroviárias da região e apresentada a composição de capitais envolvida na implementação desta infraestrutura. Aqui, são ressaltadas as principais empresas que exploravam as vias férreas e suas relações com o governo da União dos Estados. A partir desta caracterização, Delgado de Carvalho vai, então, estudar e detalhar, ainda mais, a

malha ferroviária da região, subdividindo-a em rede paulista, rede paranaense e catarinense; e rede sul rio-grandense.

Construído o quadro do Brasil Meridional e estabelecidas as bases epistemológicas do trabalho, Delgado de Carvalho mergulha nas três grandes regiões econômicas por ele propostas e dissecava ainda mais a realidade local seguindo um mesmo caminho: levantamento dos aspectos naturais, dos aspectos humanos e, então, a integração de ambos para identificação da singularidade regional. São realizadas, assim, em diferentes escalas, os mesmos procedimentos analíticos de pesquisa. O capítulo primeiro, além de apresentar o alicerce de todo o estudo, permite uma clara demonstração dessas articulações de escalas e dos procedimentos metodológicos adotados ao longo do livro.

O *Le Brésil Méridional* cumpre, dessa forma, os preceitos estabelecidos pela escola clássica regional francesa, portando, inclusive, suas principais contradições e introduzindo uma abordagem nova de investigação nos trabalhos geográficos desenvolvidos à época no Brasil. Além de ter sido um importante estudo que irá fundamentar a futura divisão regional brasileira, ele representa a primeira investida de Delgado de Carvalho no entendimento da esfera político-territorial nacional, lançando as bases das considerações geopolíticas que o autor irá desenvolver em trabalhos posteriores.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma clássica monografia regional construída sob os moldes da escola de geografia francesa no início deste século, o *Le Brésil Méridional* é, essencialmente, um repositório de informações. Contudo, representou um marco nos estudos geográficos brasileiros, engendrando uma nova metodologia de pesquisa e investigação, ainda não vista no Brasil da época.

Estruturado sob os moldes da escola clássica de geografia francesa, o livro apresenta uma nova abordagem metodológica que o diferencia dos

trabalhos etnográficos, puramente descritivos, dominantes no país. Delgado de Carvalho introduz uma visão totalizadora do território brasileiro, articulando-a ao eixo central da vertente de investigação da escola francesa - os estudos regionais. Assim, o *Le Brésil Méridional* é um clássico estudo regional sobre a porção sul do Brasil, uma típica monografia regional desenvolvida dentro dos padrões estabelecidos pela geografia regional francesa, que só se tornaria paradigma da geografia brasileira a partir da década de 1930.

É importante ressaltar que a geografia brasileira não se constituía em um ramo científico autônomo do saber. Até meados dos anos 30, os estudos geográficos encontravam-se dispersos e, em geral, eram produzidos por autores de outras áreas do conhecimento como historiadores, diplomatas, publicistas, advogados, engenheiros, militares e políticos, entre outros. Assemelhavam-se a autênticos catálogos contendo nomes de lugares, povos, rios, hábitos culturais, tipos de solo e clima, altura dos morros, comprimento dos rios, áreas das bacias hidrográficas, entre outros. Uma mera descrição sem nenhum caráter analítico e/ou relacional. Este perfil de trabalho imperava nas três primeiras décadas deste século e constitui parte fundamental da história pré-institucional desta disciplina no Brasil. Diferentemente de tais trabalhos, o *Le Brésil Méridional* vai apresentar uma abordagem rica e interativa sobre os distintos elementos (físicos e humanos) presentes em uma determinada parcela do território nacional, marcando a entrada da vertente de investigação regional no Brasil. A partir desse trabalho, Delgado de Carvalho vai introduzir as bases da futura divisão regional brasileira, estabelecida em 1913, em seu primeiro livro publicado em português *A Geographia do Brasil*.

Cabe ainda destacar que esta obra aponta também uma específica fase da construção de Carlos Delgado de Carvalho. Enquanto nos

anos 20 Delgado de Carvalho passa a se dedicar fundamentalmente à geopolítica e a defender claros valores pátrios, na década de 1910, este geógrafo parece ter como objetivo central, não a defesa de um projeto político nacional, como ficará evidente mais tarde, mas, sim, o levantamento e a sistematização de informações detalhadas que permitissem um amplo conhecimento sobre o território brasileiro. Todavia pode-se notar uma clara intencionalidade política por trás de toda a narrativa histórica que sustenta o *Le Brésil Méridional*. É possível afirmar que este estudo representou um passo importante e fundamental para a consolidação e o desenvolvimento do pensamento geopolítico do autor.

NOTAS

- * Professora Assistente do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.
- 1 As escolas nacionais de geografia que se oficializaram mais tarde foram estruturadas a partir das escolas alemã e francesa – duas importantes matrizes do pensamento geográfico. A geografia britânica, por exemplo, que se institucionalizou na década de 1880, sofrerá influências tanto de uma quanto de outra. É interessante observar que, apesar de a Grã-Bretanha ter sido uma das primeiras nações a levantar conhecimentos geográficos do mundo, através das grandes expedições, não foi neste país que a primeira escola nacional de geografia se oficializou. Conforme Orlando Peña e André-Louis Sangin (1984, p. 32), a geografia britânica carecia fundamentalmente de aportes científicos. Tanto a geopolítica alemã de Friedrich Ratzel quanto as monografias regionais francesas, desenvolvidas com Vidal de La Blache e seus discípulos, vão constituir importantes bases científicas da geografia britânica.
 - 2 O positivismo e o evolucionismo eram duas importantes matrizes científicas que interagem no seio da sociedade européia no final do século XIX e início do século XX. Ambas repousavam na concepção monista de mundo que pressupunha a existência de apenas uma realidade dada pelo mundo natural, apresentando, assim, um predomínio do reducionismo naturalista, que limitava os diferentes

aspectos da vida a um complexo de fenômenos físico-químicos (Capel 1981, p. 272).

O positivismo se sustentava na observação e experimentação, em um empirismo antimetafísico e racionalista. O evolucionismo, a partir de Darwin, apoiava-se no conceito biológico de organização, de organismo vivo. A concepção orgânica foi extremamente importante, pois serviu de referência para compreender a complexidade de todos os fenômenos, tanto naturais quanto sociais (Capel, 1981, p. 273).

A ampla utilização do organismo como paradigma de entendimento da sociedade foi realizada pelo inglês Herbert Spencer, que deixou sem explicação fatos sociais de caráter nitidamente histórico. O evolucionismo, através da concepção orgânica, expandiu-se significativamente, pois abandonava a visão estática de mundo e substituída por uma concepção dinâmica, moderna, possibilitando a implantação da idéia de progresso que, de acordo com Richard Graham (1968), era fundamental para a implantação e o desenvolvimento de uma nova sociedade, condizente com os hodiernos interesses do emergente processo de industrialização.

Tanto o positivismo como o evolucionismo se respaldavam no avanço das ciências naturais, como a biologia, a física e a química, e na supremacia dos cientistas da natureza, alcançada pela capacidade destes em realizar experimentações, realizações impossíveis para os cientistas sociais.

- 3 A reação historicista foi bastante significativa a ponto de Michel Foucault afirmar que a história constituiu-se em uma grande obsessão nos finais do século XIX (Soja, 1993, p. 17).
- 4 Como aponta Derdoulay (1982, p. 578), a idéia de se referir ao mundo vivo, e mais particularmente ao organismo e sua fisionomia, para dar conta dos aspectos da realidade física e social, aparece como instrumento privilegiado do pensamento ocidental no final do século XVIII e início do século XX e não é admirável que interfira no discurso geográfico desse período.
- 5 Os impactos do naturalismo e do positivismo se refletem no emprego de conceitos precedentes das ciências naturais, como o de função, e nas amplas analogias orgânicas de base biológica. Segundo Capel (1981, p. 295), Vidal de La Blache escreve, em 1888, que as “comarcas e regiões são consideradas como indivíduos humanos que se agregam como células vivas em organismo que é a pátria”. E

Elisée Reclus, na sua grande obra *L'Homme et la Terre* (publicada em 1904), traça um quadro da evolução do homem sobre a terra a partir das influências que o solo e o clima exercem nos acontecimentos históricos (Capel 1981, p. 303).

- 6 Um autor representativo do positivismo francês, Frederich Le Play (1802/1882), influenciou o nascimento da geografia francesa em pleno desenvolvimento historicista. La Blache e seus discípulos, de acordo com Capel (1981, p. 300), tiveram influências de Le Play, sobretudo no que se refere à estruturação das monografias regionais que apresentavam excessivas semelhanças com as monografias desenvolvidas por este positivista. Le Play partia de uma apresentação geral da área aludindo às condições físicas (terra, água, clima), suas atividades econômicas (indústria, finanças, comércio, transporte) e os problemas gerais da população, para estabelecer uma relação de influência do meio sobre o homem.

- 7 Embora La Blache tenha percorrido esse itinerário, as proposições de origem evolucionista, essencialmente organicistas, não vão ser totalmente negligenciadas em seus estudos. Conforme aponta o próprio Capel, tais proposições encontra-se-ão depuradas, ou seja, filtradas pelas concepções historicistas.

A esse respeito, Berdoulay (1982) faz uma importante e rica leitura. Para ele, o organicismo foi utilizado na geografia de forma diferente da utilização feita por autores como Spencer e Schaffle, que procuraram estabelecer sistematicamente um conjunto de equivalências entre sociedade e organicismo. Para Berdoulay, os geógrafos de finais do século XIX e início do século XX não procuravam mostrar uma relação de similitude ou análise racional entre o organicismo e a sociedade, mas, sim, apelar para a metáfora organicista como necessidade de demarcação científica.

Assim, tanto La Blache e discípulos, como Jean Brunhes e Camille Vallaux não se colocam totalmente contra o emprego da metáfora organicista, pois ela permitia situar mais facilmente o homem na totalidade do universo, respondendo à integração da ciência. Contudo, fazem ressalvas à sua utilização em grande escala. Aqui, repousa parte da crítica que eles estabeleceram à geografia alemã de Ratzel. Para esses importantes representantes da escola francesa, Ratzel se excede quando utiliza o organismo vivo para designar o Estado.

- 8 A síntese regional possibilitava articular o evolucionismo ao historicismo, pois as regiões eram concebidas como entidades próprias, uma espécie de organismo vivo e, ao mesmo tempo, forneciam condições para o levantamento de dados que evidenciariam sua personalidade e seu caráter essencial.
- 9 Destacavam-se na escola de geografia francesa, além de La Blache, E. Demartone, J. Brunhes, C. Vallaux e R. Blanchard. Todos tiveram nos estudos de La Blache seu ponto de partida. Cada um focalizou e desenvolveu um determinado aspecto da geografia regional.
- 10 Capel (1981, p. 339) ressalta, também, o papel político da geografia francesa em fins do século XIX. Segundo o autor, os estudos regionais mostravam-se aparentemente perigosos, pois insistiam na diferenciação regional e podiam conduzir ao rompimento das solidariedades naturais do Estado, levando ao atomismo geográfico. Mas a via regional triunfou em função das vantagens que apresentava para as comunidades científicas e da pouca interferência que causaria na esfera política. Qualquer conturbação nesta área podia ser facilmente eliminada pela vantagem que o estudo regional trazia com relação à estabilidade derivada do enraizamento do homem ao solo. Esta idéia de localização de influência mútua é algo próximo à idéia de pátria. Assim, a geografia servia também para afirmação de um sentimento de nacionalidade.
- 11 Para aprofundar a questão da formação Estado-Território no Brasil, ver Penha (1993) que, objetivando discutir a criação e o desenvolvimento do IBGE, traça um rico quadro geopolítico do processo de centralização e integração nacional.
- 12 Segundo Graham (1968), Spencer era o autor mais cotado e lido no Brasil em finais do século XIX. Seu pensamento teve grande impacto e auxiliou todo processo de modernização do Brasil, dando base às teorias de Estado e à formação do Estado liberal.
- 13 Tais formações acadêmicas portavam um forte conteúdo positivista que vinha ao encontro dos interesses da oligarquia agrária, segmento social que exercia grande influência nas referidas faculdades. Nesse sentido, as discussões inovadoras e as idéias sobre a modernização do país partiam, mais frequentemente, da imprensa e da esfera política (Moraes, 1991, p. 114-5).
- 14 De acordo com Moraes (1991, p. 124-125) as primeiras universidades brasileiras foram fundadas no

Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em São Paulo, em 1934. Ambas se estruturaram sob o modelo científico francês, com os institutos especializados gravitando em torno de um grande centro de ciências, filosofias e humanidades.

- 15 A palavra "pays" significa pequena região homogênea. Foi um termo muito utilizado pela geografia francesa para designar uma região geográfica, isto é, para indicar o caráter individual (produto do entrelaçamento dos componentes humanos e a natureza) de uma determinada extensão territorial. Ver Roberto Lobato Corrêa, 1986, p. 28.
- 16 Apenas a título ilustrativo, tomemos como exemplo o item que apresenta e desenvolve a principal atividade econômica da região, ou seja, o tópico que fornece sua singularidade. Aqui, Delgado de Carvalho inicialmente expõe todo um relato histórico do produto, apontando sua origem e qualidade e, em seguida, levanta todos os dados possíveis, a ele relacionados, como por exemplo, tipo de solo mais adequado, o período de colheita, o preço, a mão-de-obra necessária, o total da produção, as principais zonas produtoras, etc. Feito este levantamento, o autor justifica, então, a delimitação espacial da região e parte para seu primeiro subitem, o setor industrial, onde realiza o mesmo procedimento. Isto é feito igualmente tanto para a região do café quanto para a região do mate ou da pecuária.
- 17 Cumpre observar que, apesar de iniciar o livro oferecendo um mapa da região contendo seus aspectos físicos e políticos, Delgado de Carvalho não representa nesse mapa os limites territoriais dos Estados.
- 18 No tocante ao sistema hidroviário, a importância econômica e comercial pode ser sentida, por exemplo, quando discorre sobre o Rio Iguaçu, afluente do Paraná, realçando sua condição de caminho mais natural direto dos centros povoados do Paraguai ao oceano Atlântico; ou ainda quando, frente às difíceis condições de navegabilidade do rio Tietê, afirma que tal problema pode ser solucionado através de um sistema de comunicação misto e que as quedas d'água podem ser aproveitadas na geração de energia elétrica, podendo transformar a região em um dos mais importantes centros industriais do mundo (Carvalho, 1910, p. 10).
- 19 Segundo Delgado de Carvalho, a construção de um amplo sistema ferroviário era fundamental para interligar diferentes núcleos de povoamento aos

centros econômicos e penetrar no interior, estabelecendo comunicações entre áreas pouco povoadas ou desabitadas, criar novos centros e permitir a exploração de novas riquezas (Carvalho, 1910, p. 71).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BERDOULAY, Vicent. La métaphore organiciste: contribution à l'étude du langage des géographes, *Annales de géographie*, n. 507, p. 573-586, 1982.
- BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 44, n. 3, p. 519-527, jul/set, 1982.
- CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia em la geografia contemporânea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTRO, Therezinha de. *Carlos Delgado de Carvalho*, mimeo, 1993.
- CORRÊA, Roberto L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986, p. 22-50.
- DALLARI, Dalmo de A. *O Estado Federal*. São Paulo: Ática, 1986.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *Geographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Emp. Photo-Mechanica do Brasil, Tomo I, Geographia Geral, 1913.
- _____. *Le Brésil Méridional: étude économique sur les états du sud*. Paris: E. Desfossés, 1910.
- ESCOLAR, Marcelo. Un discurso "legítimo" sobre el territorio, *Geografia y Ciencia e Sociales*, Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1990.
- GRAHAM, Richard. *Progress and Spencer*, Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914. Cambridge: Cambridge Press, 1986.
- IGLÉSIA, Francisco. *Trajectoria Política do Brasil. 1500-1964*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 109-143.
- _____. *Geografia pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PEÑA, Orlando; SANGUIN, André-Louis. *El Mundo de Los Geógrafos*. Barcelona: Oikos-tau ediciones, 1984.
- PENHA, Eli A. *A Criação Política do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*, Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 1993.
- RODRIGUES, José H. A unidade nacional. In: MENEZES, Djacir (org.), *O Brasil no pensamento Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, Mec, 2ª edição (1956), p. 391-394, 1972.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1993, p.17

ABSTRACT

The work proposed has as central objective to redeem one of the first compositions of Carlos Delgado de Carvalho, a geographer of significant participation, not only in the Brazilian political and education history, but also in the construction of a national Geography. Its Is Le Brésil Meridional: Étude Économique Sur Les États Du Sud – São Paulo, Paraná, Santa Catarina And Rio Grande Do Sul, published only in French in 1910.

On the first part of this work we present a profile of the French classic

school of geography, focusing its main epistemological matters and placing Delgado de Carvalho in this context. The second part will be exclusively dedicated to the book. Here we will present the organizational and methodological structure, as well as the most important themes approached. We will also try, at this moment, to point out the methodological influences, deriving from the French classic geography, provided in Le Brésil Méridional.

KEYWORDS:

Delgado de Carvalho, Brazilian Geography, Epistemology of Geography.